



## ARTIGO



## **Educação Sexual no Distrito Federal: Análise Documental para o Ensino Fundamental - Anos Finais**

João Gomes Doffine, *Universidade de Brasília (UNB)*

João Paulo Cunha de Menezes, *Universidade de Brasília (UNB)*

Resumo. No contexto educacional, a Educação Sexual desempenha um papel fundamental, demandando uma abordagem alinhada aos documentos oficiais de educação. Diante desse cenário, este estudo analisou como a Educação Sexual é abordada em documentos oficiais, como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), o Caderno Saúde da Série Temas Contemporâneos Transversais da BNCC, e o Currículo em Movimento do Distrito Federal para o Ensino Fundamental - Anos Finais. A análise qualitativa revelou lacunas significativas, como a omissão de temas essenciais, incluindo o ciclo menstrual e a diversidade de identidades de gênero. Questões relacionadas à violência sexual e de gênero também apresentam uma abordagem insuficiente e pouco estruturada. Para garantir uma educação efetiva, é essencial revisar os currículos, capacitar continuamente os educadores e promover um diálogo aberto com a comunidade escolar. Uma Educação Sexual abrangente e inclusiva respeita a diversidade sexual e contribui para formar cidadãos críticos e conscientes, essenciais para a construção de uma sociedade igualitária e saudável.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação Sexual. Ensino Fundamental. Documentos oficiais de Educação.

---



### Introdução

A saúde sexual e reprodutiva é fundamental para o bem-estar e a qualidade de vida das pessoas, além de ser um campo em constante evolução e discussão. Abordar essa temática com uma perspectiva baseada em direitos capacita os indivíduos, especialmente os jovens, a fazer escolhas informadas e autônomas sobre sua sexualidade e saúde. A Educação Sexual (ES) desempenha um papel central nesse processo, abrangendo conceitos diversos que variam conforme o contexto. A literatura acadêmica apresenta diferentes denominações, como orientação sexual, educação para a sexualidade, educação sexualizada e educação em sexualidade (ALTMANN, 2003; FRANCO; MARINHO; SILVA, 2020; FURTADO; MORAES; BRÊTAS, 2020; MORAIS; GUIMARAES; MENEZES, 2021). Neste texto, usamos “Educação Sexual” como um termo abrangente que contempla essas nuances (FIGUEIRÓ, 1998).

Historicamente, a ES começou com um foco limitado, concentrando-se em aspectos biológicos e na transmissão de informações sobre infecções sexualmente transmissíveis e métodos contraceptivos (FILHA, 2018). Com o tempo, essa abordagem evoluiu, incorporando temas como consentimento, diversidade sexual, direitos reprodutivos, relações saudáveis e prevenção da violência sexual. Essa transformação reflete a compreensão de que a Educação Sexual deve ir além de informações técnicas, promovendo reflexão crítica e transformação de valores (MAIA; RIBEIRO, 2011; MORAIS; GUIMARAES; MENEZES, 2021). Ao adotar uma perspectiva social, a ES pode abordar questões como desigualdades de gênero, discriminação e direitos humanos, enfatizando a construção de relações equitativas e respeitadas. Quando tratada de forma abrangente nas instituições de ensino, a Educação Sexual não apenas ajuda a combater preconceitos, estereótipos e desigualdades, mas também promove o empoderamento individual e coletivo, criando ambientes mais seguros, inclusivos e igualitários.

A escola é reconhecida como um espaço fundamental para promover a Educação Sexual (KIVELA; KETTING; BALTUSSEN, 2013; FURTADO; MORAES; BRÊTAS, 2020). Embora não seja a única solução, a abordagem escolar é eficiente e economicamente viável para garantir os direitos dos jovens à saúde sexual e reprodutiva. Currículos abrangentes e fundamentados em evidências podem equilibrar aspectos



biológicos, emocionais e sociais da sexualidade, capacitando os estudantes a tomar decisões conscientes e responsáveis. Além disso, a capacitação contínua de educadores é essencial para criar um ambiente seguro e acolhedor, onde os jovens possam expressar suas dúvidas e preocupações sem medo.

No Brasil, as primeiras iniciativas para incluir a Educação Sexual em documentos curriculares ocorreram em 1928, com foco na promoção de princípios de higiene e saúde nas escolas (FIGUEIRÓ, 1998). Apenas em 1997, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) incluíram oficialmente a Educação Sexual como tema transversal, marcando um avanço significativo. Essa inclusão reforçou a necessidade de uma educação que respeitasse a diversidade de orientação sexual, identidade de gênero, raça e etnia, promovendo igualdade, respeito e saúde sexual para todos.

Mais do que transmitir informações, a Educação Sexual busca empoderar os estudantes e estimular sua capacidade de reflexão crítica. Quando implementada junto a políticas públicas de apoio e à formação docente, ela transforma as escolas em espaços de inclusão, segurança e aprendizado significativo para todos os jovens.

Apesar da inclusão da ES nos PCNs, Figueiró (2020) aponta que essa temática permaneceu marginalizada na prática educacional. A ES não era tratada como prioridade nas escolas e, quando abordada, enfrentava resistência de outros educadores e membros da comunidade, que defendiam ser essa uma responsabilidade exclusiva das famílias. Embora alguns professores se esforçassem para incluir o tema em suas práticas, esbarravam em críticas e em um contexto de pouca institucionalização.

A publicação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), o documento curricular federal mais recente, trouxe novas diretrizes para a Educação Sexual. Contudo, a BNCC concentra-se principalmente nas dimensões biológicas da sexualidade e limita essa abordagem à disciplina de Ciências, o que reflete um retorno a um viés médico-higienista presente nas discussões da década de 1930. Essa visão restrita compromete uma compreensão mais ampla e contextualizada da sexualidade pelos estudantes. Um ponto preocupante é a ausência do termo "diversidade de gênero" no documento (SILVA et al., 2023), o que enfraquece o potencial da escola como um espaço inclusivo e plural. Ximenes (2017) critica a falta de transparência no processo de



elaboração da BNCC, destacando a influência de perspectivas conservadoras, como as defendidas pelo Movimento Escola sem Partido, que levaram à exclusão de debates sobre gênero e sexualidade.

Essa realidade evidencia a necessidade de revisar e ampliar a abordagem da Educação Sexual nas políticas educacionais. A ES deve ser considerada central, abordada de maneira ampla, inclusiva e transformadora. Documentos curriculares, como a BNCC, são produtos de contextos políticos e sociais e, por isso, precisam ser construídos de forma transparente, representando diferentes perspectivas. Shannon e Smith (2015) reforçam que a redação desses documentos pode alimentar ou reduzir controvérsias em torno da Educação Sexual. Uma abordagem clara e objetiva, que promova o diálogo e o entendimento, é essencial para superar resistências e garantir que a ES atenda às necessidades dos estudantes, respeitando a diversidade e promovendo o acesso a informações adequadas.

Neste contexto, este trabalho tem como objetivo analisar e comparar como a Educação Sexual é tratada em documentos curriculares oficiais, incluindo a BNCC, o Caderno Saúde da Série Temas Contemporâneos Transversais da BNCC e o Currículo em Movimento do Distrito Federal para Ciências Naturais no Ensino Fundamental Anos Finais. A análise busca identificar semelhanças e diferenças nas abordagens, avaliando como esses documentos contribuem para a construção de uma Educação Sexual abrangente, inclusiva e contextualizada.

### **Materiais e Métodos**

Este trabalho adota uma abordagem qualitativa, fundamentada na interpretação de dados que não podem ser expressos em números ou quantificados. Essa metodologia permite explorar motivos, aspirações, crenças, valores e outras nuances que transcendem a mera quantificação (MINAYO; DESLANDES; GOMES, 2011). A pesquisa qualitativa concentra-se no processo e leva em conta a interação entre o pesquisador e o objeto de estudo, reconhecendo que ambos são mutuamente influenciados (DALFOVO; LANA; SILVEIRA, 2008). Neste contexto, a análise documental foi utilizada como método principal.

A análise documental, como destaca Sá-Silva, Almeida e Guindani (2009), é uma abordagem qualitativa que permite compreender e examinar documentos de diferentes naturezas. Oliveira (2007)



complementa que esses documentos podem incluir relatórios, revistas ou materiais de divulgação que ainda não receberam tratamento científico. Para esta pesquisa, seguimos os procedimentos descritos por Cellard (2008), analisando os seguintes documentos: i) a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), ii) o Caderno Saúde da Série Temas Contemporâneos Transversais da BNCC e iii) o Currículo em Movimento do Distrito Federal.

A avaliação inicial considerou aspectos como o contexto político, social, econômico e cultural de produção dos documentos; o público-alvo e os objetivos propostos; os conceitos-chave e termos utilizados; a estrutura lógica e argumentativa; a qualidade das informações apresentadas; e os autores e interesses institucionais envolvidos. A análise de conteúdo foi conduzida segundo a metodologia de Bardin (2016), com os seguintes passos: i) Definição das unidades de análise: As unidades de análise foram definidas como as habilidades descritas na BNCC, os objetos de conhecimento em saúde e os objetivos do Currículo em Movimento do DF. Essas unidades foram comparadas entre os três documentos analisados; ii) Codificação e categorização: Cada unidade de análise foi associada a uma categoria, como Anatomia e Fisiologia Reprodutiva, Contracepção e Prevenção de Infecções Sexualmente Transmissíveis, Gênero e Sexualidade, Contexto Cultural e Social, e Violência Sexual e de Gênero. Por exemplo, unidades relacionadas ao sistema reprodutivo foram agrupadas na categoria "Conhecimentos sobre anatomia e fisiologia do sistema reprodutor". As categorias foram estabelecidas a priori, considerando elementos centrais para a Educação Sexual, e algumas unidades foram classificadas em mais de uma categoria; iii) Análise: Foram identificados padrões e tendências nos dados codificados e categorizados. Essa etapa permitiu mapear as habilidades, objetos de conhecimento e objetivos ligados à Educação Sexual, bem como lacunas ou limitações na abordagem proposta pelos documentos.; e iv) Interpretação: Os padrões identificados foram analisados para avaliar a adequação e atualidade das propostas em relação à Educação Sexual. Além disso, foram destacados os desafios para a implementação das diretrizes apresentadas.

Dessa forma, esta metodologia possibilitou uma compreensão aprofundada dos documentos analisados, permitindo identificar os avanços, limitações e potenciais melhorias na abordagem da Educação Sexual nas políticas curriculares atuais.

## **Resultados e Discussões**



Na categoria "Anatomia e Fisiologia Reprodutiva", observou-se, com base na leitura sistemática dos documentos, que a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (BRASIL, 2017, p.351) aborda essa temática na habilidade "(EF08CI08) Analisar e explicar as transformações que ocorrem na puberdade, considerando a atuação dos hormônios sexuais e do sistema nervoso", destinada ao 8º ano do Ensino Fundamental - Anos Finais. Em contraste, o Caderno Série Saúde (BRASIL, 2022) não apresenta objetos de conhecimento relacionados a essa categoria. Já no Currículo em Movimento do Distrito Federal (DISTRITO FEDERAL, 2018, p. 237), identifica-se o objetivo "Relatar as transformações físicas e psíquicas que ocorrem na puberdade" no 6º ano, evidenciando uma abordagem mais precoce e focada nos aspectos gerais das mudanças durante essa fase.

Conhecer as transformações físicas e psíquicas promovidas pela atuação dos hormônios sexuais na puberdade. Identificar as principais glândulas que atuam no amadurecimento do sistema reprodutor do ser humano. Destacar a atuação do sistema nervoso no processo de transformação das glândulas sexuais e amadurecimento reprodutivo. Relacionar as transformações do corpo ocorridas na puberdade com a atuação das glândulas e hormônios sexuais coordenados pelo sistema nervoso (DISTRITO FEDERAL, 2018, p. 246)

A BNCC apresenta apenas uma habilidade que aborda aspectos anatômicos e fisiológicos relacionados aos hormônios sexuais, deixando de incluir outros elementos essenciais, como o ciclo menstrual, a ejaculação e a concepção. Esses temas são importantes para proporcionar aos estudantes uma compreensão completa das transformações e funções do corpo humano, promovendo uma visão integrada da sexualidade que pode auxiliar no desenvolvimento de habilidades para o autocuidado e na redução de desinformação. Por exemplo, abordar o ciclo menstrual pode desmistificar tabus culturais, enquanto discutir a ejaculação e a concepção ajuda a esclarecer questões importantes sobre reprodução e saúde sexual.

Essa limitação representa uma lacuna no documento, pois compromete a capacidade dos estudantes de compreender plenamente os aspectos essenciais da sexualidade humana e sua relação com a saúde. Essa omissão pode limitar o aprendizado prático, dificultando a aplicação de conceitos em situações cotidianas, como a gestão da saúde reprodutiva e a prevenção de doenças. Além disso, o Caderno Série Saúde (BRASIL, 2022) não traz objetos de conhecimento que abordem



esses aspectos, perdendo a oportunidade de ampliá-los por meio de outras disciplinas no Ensino Fundamental. Em contrapartida, o Currículo em Movimento do Distrito Federal contempla mais objetivos relacionados ao tema em dois anos diferentes, com foco nas glândulas e nos hormônios sexuais. No entanto, ainda negligência pontos cruciais como o ciclo menstrual, a ejaculação e a concepção.

A falta de informações sobre aspectos essenciais da anatomia e fisiologia reprodutiva pode gerar consequências significativas para a compreensão da sexualidade e a saúde sexual dos estudantes (BARBOSA et al., 2020). Essa lacuna contribui para a desinformação, dificuldades no autocuidado, perpetuação de estigmas, ausência de prevenção adequada contra infecções sexualmente transmissíveis e aumento dos riscos de gravidez indesejada. Por exemplo, estudantes que não recebem informações claras sobre o ciclo menstrual podem enfrentar desafios para identificar sinais de saúde ou alterações no corpo, enquanto a falta de educação sobre métodos contraceptivos pode levar a taxas mais altas de gravidez não planejada, como apontado por Barbosa et al. (2020). Além disso, a perpetuação de estigmas em torno da sexualidade pode dificultar discussões abertas e produtivas em ambientes escolares e familiares, agravando essas questões. Portanto, é indispensável que os currículos e materiais pedagógicos abordem de forma abrangente e precisa todos esses aspectos, garantindo uma formação integral.

Além disso, Franco, Marinho e Silva (2020) apontam que a abordagem do corpo no contexto escolar frequentemente se limita a uma perspectiva exclusivamente biológica, ignorando variações anatômicas e intersexuais. Essa visão restrita também não responde às dúvidas dos estudantes sobre o papel dos hormônios em corpos transgêneros e travestis, ressaltando a necessidade de uma abordagem inclusiva que combata a discriminação e enfrente os desafios vivenciados pela comunidade LGBTQIA+ no ambiente escolar (TORRES; SILVA, 2021). Para tornar a Educação Sexual mais abrangente e inclusiva, recomenda-se adotar a terminologia "sistema genital" em vez de "sistema reprodutor". Essa mudança amplia a perspectiva, reconhecendo a complexidade e diversidade da sexualidade e identidade de gênero. Promover a valorização da diversidade de corpos e identidades de gênero, assim como utilizar uma linguagem inclusiva, é essencial para uma educação sexual efetiva e transformadora.



Na categoria “Contracepção e Prevenção de Infecções Sexualmente Transmissíveis”, são apresentados os seguintes resultados. A BNCC propõe o desenvolvimento das seguintes habilidades:

(EF08CI09) Comparar o modo de ação e a eficácia dos diversos métodos contraceptivos e justificar a necessidade de compartilhar a responsabilidade na escolha e na utilização do método mais adequado à prevenção da gravidez precoce e indesejada e de Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST) e (EF08CI10) Identificar os principais sintomas, modos de transmissão e tratamento de algumas DST (com ênfase na AIDS), e discutir estratégias e métodos de prevenção (BRASIL, 2018).

O Caderno Série Saúde apresenta o objeto de conhecimento de saúde "Prevenção à DSTs/AIDS e da gravidez na adolescência" (BRASIL, 2022, p. 40), indicando uma abordagem focada na prevenção de doenças sexualmente transmissíveis e na gravidez precoce. Essa abordagem é essencial para promover nos estudantes uma compreensão clara sobre os riscos associados a comportamentos sexuais desprotegidos e para incentivá-los a adotar práticas de autocuidado. Além disso, ao abordar esses temas, o material educativo contribui para o desenvolvimento de habilidades críticas e para a construção de atitudes responsáveis em relação à sexualidade. Por outro lado, o Currículo em Movimento do Distrito Federal expande essa abordagem ao incluir objetivos mais detalhados. Para o 6º ano, são estabelecidos os seguintes objetivos: "Enunciar os principais métodos contraceptivos. Comparar métodos contraceptivos. Examinar a importância do conhecimento e atitude no uso e escolha de métodos contraceptivos. Pesquisar sobre gravidez na adolescência" (DISTRITO FEDERAL, 2018, p. 237). Esses objetivos buscam não apenas transmitir informações, mas também incentivar uma postura crítica e informada dos estudantes sobre a escolha e o uso dos métodos contraceptivos, além de promover reflexões acerca da gravidez na adolescência.

Já para o 8º ano, o Currículo em Movimento apresenta objetivos adicionais que aprofundam o conhecimento sobre saúde sexual e reprodutiva, integrando aspectos preventivos e reflexivos, ampliando assim o engajamento dos estudantes com temas fundamentais para sua formação integral.

“Conhecer os principais métodos contraceptivos e reconhecer que diferem em termos de atuação no organismo e eficácia. Discutir sobre a corresponsabilidade e o respeito entre os indivíduos na escolha e uso de métodos contraceptivos. Compreender o conceito de infecção



sexualmente transmissível. Conhecer as principais infecções sexuais que afetam os indivíduos contemporâneos. Identificar os agentes causadores das ISTs. Discorrer sobre prevenção de ISTs. Comparar os métodos de prevenção de ISTs, indicando aqueles mais eficazes. Representar situações nas quais há ênfase na importância da orientação médica e da educação na prevenção e combate às ISTs.” (DISTRITO FEDERAL, 2018, p.246).

Os resultados indicam que o Currículo em Movimento do DF contempla um maior número de objetivos em comparação à BNCC e ao Caderno Série Saúde, além de distribuí-los ao longo de dois anos diferentes. Por outro lado, o Caderno Série Saúde, concebido como um tema transversal, permite que seja trabalhado por diferentes disciplinas e sob diversas perspectivas. Contudo, é importante destacar que a prevenção de Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs) e a contracepção abrangem uma gama mais ampla de questões do que aquelas abordadas nos documentos analisados. Assim, é essencial que os currículos escolares expandam a abordagem desses temas, assegurando que os estudantes tenham acesso a informações e reflexões necessárias para promover relacionamentos saudáveis, respeitosos e seguros.

Estudos de Chaves et al. (2014), Carneiro et al. (2015) e Furtado, Moraes e Brêtas (2020) evidenciam que, mesmo com o acesso à informação, muitos adolescentes apresentam conhecimentos insuficientes sobre transmissão, prevenção e tratamento de ISTs. Ademais, as mídias sociais têm se tornado uma fonte crescente de informações para os estudantes, embora muitas vezes essas informações sejam incompletas ou incorretas. Nesse cenário, é fundamental adotar estratégias que utilizem essas plataformas como oportunidades para corrigir informações equivocadas e complementar a educação sexual oferecida nas escolas. Contudo, vale ressaltar que essa abordagem deve ser um complemento, nunca um substituto para a orientação adequada de profissionais capacitados em sala de aula.

As mídias sociais podem desempenhar um papel relevante na disseminação de informações precisas sobre saúde sexual, desde que utilizadas de forma criteriosa e responsável (GUSE et al., 2012). Profissionais da área de saúde e educadores podem aproveitar essas plataformas para compartilhar conteúdos confiáveis, promover debates construtivos e esclarecer dúvidas dos estudantes, fortalecendo assim o papel da educação sexual como ferramenta essencial para o desenvolvimento de atitudes conscientes e saudáveis.



A categoria sobre “Gênero e Sexualidade” aparece na BNCC no 8º ano com a habilidade “(EF08CI11) Selecionar argumentos que evidenciem as múltiplas dimensões da sexualidade humana (biológica, sociocultural, afetiva e ética).” (BRASIL, 2018, p. 349) O Caderno Série Saúde não aborda nenhum objeto de conhecimento relacionado a gênero e sexualidade. O Currículo em Movimento apresenta o objetivo no 6º ano do EF “Conhecer as responsabilidades e o respeito dos pais em relação aos seus filhos, no que tange às diferenças individuais, intelectuais, físicas, socioeconômicas, étnico-raciais, de gênero, de orientação sexual, de idade e culturais.” (DISTRITO FEDERAL, 2018, p. 238). Além disso, aparece também no 8º ano

Conhecer as responsabilidades e o respeito dos pais em relação aos seus filhos, no que tange às diferenças individuais, intelectuais, físicas, socioeconômicas, Étnico-raciais, de gênero, de orientação sexual, de idade e culturais. Discutir sobre a responsabilidade e o respeito que cada indivíduo deve ter com o seu próprio corpo e com o dos outros.” (DISTRITO FEDERAL, 2018, p. 247).

A BNCC reconhece a importância da multidimensionalidade da sexualidade ao abordar aspectos biológicos, socioculturais, afetivos e éticos. No entanto, não menciona explicitamente a identidade de gênero, apesar de sua relevância para uma educação inclusiva. Reconhecer que a identidade de gênero é uma construção social é fundamental, e sua inclusão nos currículos escolares é essencial para promover o respeito e a diversidade (SHANE, 2020). O Caderno Série Saúde também perde a oportunidade de tratar questões de gênero e sexualidade, que poderiam ser integradas a diferentes disciplinas. Já no Currículo em Movimento do DF, observa-se uma repetição quase idêntica de objetivos em dois anos consecutivos, enfatizando que os pais devem respeitar as identidades de gênero e sexualidades dos alunos. Embora essa abordagem valorize o respeito aos corpos próprios e alheios, carece de maior profundidade e abrangência sobre o tema.

As sexualidades e identidades de gênero são construções históricas e culturais, influenciadas por família, escola e mídias sociais (QUEIROZ; ALMEIDA, 2017; FRANCO; MARINHO; SILVA, 2020; SOUSA; DUARTE, 2021). O ambiente escolar, no entanto, é um espaço privilegiado para promover transformações, questionando normas e práticas cotidianas. Durante a elaboração da BNCC, houve intensos debates envolvendo segmentos conservadores e progressistas da sociedade, especialmente sobre a inclusão de termos como “gênero” e



"orientação sexual" (SILVA; BRANCALEONI; OLIVEIRA, 2019). As pressões conservadoras resultaram na supressão completa desses termos no documento final, refletindo uma resistência à abordagem de temas relacionados à diversidade sexual e de gênero nas escolas.

Franco, Marinho e Silva (2020) destacam que associar marcadores biológicos às feminilidades e masculinidades é um equívoco, pois a biologia por si só não explica as identidades de gênero e sexualidades. Essa associação exclui corpos dissidentes, uma vez que o gênero não é determinado pela genitália. Queiroz e Almeida (2018) evidenciam que, na adolescência, surgem preocupações relacionadas ao corpo e comportamentos sociais que frequentemente reforçam estereótipos de gênero. Maia e Ribeiro (2011) enfatizam o papel crucial da escola em desafiar esses estereótipos, auxiliando na construção de valores pessoais e promovendo uma visão positiva da sexualidade.

A escola desempenha um papel fundamental ao abordar os mecanismos de repressão e aspectos relevantes para a promoção de uma educação sexual libertadora. Esses estudos destacam a necessidade de ir além das noções binárias e limitadas de gênero e trabalhar para desconstruir estereótipos e preconceitos. A escola tem o potencial de desempenhar um papel transformador ao promover uma educação sexual que seja inclusiva e que valorize a diversidade de identidades de gênero e sexualidades (FRANCO-ASSIS; SOUZA; BARBOSA, 2021). Isso implica em abordar questões relacionadas à aceitação, respeito mútuo, consciência crítica e empoderamento dos estudantes em relação à sua própria sexualidade e identidade de gênero.

Na BNCC, a categoria "Contexto Cultural e Social" não possui habilidades específicas definidas. Além disso, o Caderno Série Saúde também não aborda objetos de conhecimento relacionados a essa categoria. No entanto, no Currículo em Movimento do Distrito Federal, são apresentados objetivos específicos relacionados a essa temática. No 6º ano do Ensino Fundamental - Anos Finais, o objetivo é "Conhecer as responsabilidades e o respeito dos pais em relação aos seus filhos, no que tange às diferenças individuais, intelectuais, físicas, socioeconômicas, étnico-raciais, de gênero, de orientação sexual, de idade e culturais" (Distrito Federal, 2018, p. 238). Da mesma forma, no 8º ano do Ensino Fundamental, há um objetivo similar, visando a compreensão e o respeito pelas diversas diferenças presentes na sociedade.



Embora a BNCC não aborde explicitamente os conteúdos relacionados ao contexto cultural e social, é essencial reconhecer a importância desses temas para a formação integral dos estudantes. As mídias sociais são uma fonte importante de informação e influência na vida dos estudantes, abordando questões como tolerância, preconceito, normas sociais e violência que fazem parte do cotidiano (GUSE et al., 2012).

Diversos autores, como Maia e Ribeiro (2011), Sousa (2021), Sousa e Duarte (2021) e Rodrigues, Brandão e Modesto (2022), enfatizam a importância de abordar essas questões na educação, uma vez que elas refletem a realidade vivida pelos estudantes e contribuem para a construção de uma sociedade emancipatória e inclusiva. Trazer o cotidiano para a sala de aula e questioná-lo é uma forma eficaz de trabalhar o contexto social e cultural na ES, permitindo que eles compreendam e analisem as relações de poder presentes na sociedade. Ao abordar questões relacionadas à tolerância, diversidade, preconceito e normas sociais, os currículos escolares podem contribuir para a formação de cidadãos críticos, conscientes e engajados na promoção da igualdade e do respeito mútuo.

A educação sexual, dentro desse contexto, desempenha um papel fundamental ao promover a compreensão das relações sociais e culturais que permeiam a sexualidade, bem como ao encorajar o respeito pela diversidade e o questionamento de normas e estereótipos. Isso contribui para uma educação sexual mais abrangente, emancipatória e relevante para a vida dos estudantes.

Sousa (2021) apresenta uma análise do pensamento freiriano e das contribuições da feminista *bell hooks*, enfatizando a importância de problematizar a realidade como forma de construir um mundo democrático, antirracista e anti-heteronormativo. Nessa perspectiva, destacam-se as opressões vivenciadas e a necessidade de mudança de comportamentos para promover uma educação libertadora. Além disso, Sousa e Duarte (2022) expõem os resultados de uma pesquisa realizada com mulheres lésbicas, bissexuais e pansexuais, refletindo sobre o papel social da escola ao abordar as questões de gênero e sexualidade. Segundo as autoras, a escola deve ser um espaço de apoio e emancipação, dando voz aos sujeitos dissidentes nos ambientes escolares e contribuindo para a construção de projetos educacionais inclusivos.



Franco, Marinho e Silva (2020) ressaltam a importância de uma abordagem dialógica por parte dos professores na educação sexual, relacionando-se com a construção do conhecimento dos estudantes. Isso está em consonância com a necessidade de escutá-los ativamente, reconhecendo que a ES é um tema complexo. A adoção de uma metodologia dialógica e participativa contribui para uma atuação efetiva no processo de ensino e aprendizagem (QUEIROZ; ALMEIDA, 2017).

Outro aspecto relevante no contexto da educação sexual é o tema dos conflitos familiares, que reflete a dinâmica social e cultural em que os estudantes estão inseridos. Carneiro et al. (2015) sugerem uma abordagem que envolva uma mudança de perspectiva dos estudantes em relação aos seus pais, buscando compreender e lidar com os conflitos familiares de forma saudável. Por sua vez, Queiroz e Almeida (2017) identificam que os próprios estudantes expressam a necessidade de discutir esse tema, indicando a importância de abordar os conflitos familiares na educação sexual.

Diante disso, é essencial que os documentos curriculares estejam preparados para abordar os conflitos familiares relacionados à sexualidade e aos relacionamentos interpessoais de forma sensível e acolhedora. Uma abordagem transversal na ES, que integre diferentes disciplinas e promova o diálogo e a reflexão sobre essas questões, pode contribuir para a formação de jovens mais preparados para lidar com os conflitos e desafios familiares de maneira saudável e empoderadora.

Na categoria "Violência Sexual e de Gênero", é constatado que a BNCC não aborda explicitamente o tema. No entanto, o Caderno Série Saúde apresenta um objeto de conhecimento relacionado à "Prevenção à Sexualização Precoce" (Brasil, 2020, p. 44). Por sua vez, o Currículo em Movimento do Distrito Federal estabelece objetivos para o 6º e 8º anos do Ensino Fundamental que mencionam o respeito às diferenças individuais, incluindo gênero e orientação sexual. Apesar de não haver uma ênfase explícita na abordagem da violência nos objetivos mencionados, é crucial trazer essas discussões para dentro das escolas, considerando os alarmantes casos de feminicídios, racismo e violência contra pessoas trans/travestis que ocorrem no Brasil (SOUSA, 2021).

Dessa forma, é necessário que os currículos escolares incluam a discussão sobre violência sexual e de gênero, proporcionando informações sobre prevenção, identificação e combate a essas formas de violência. Além disso, é fundamental promover o respeito, a igualdade de



gênero, o consentimento e a desconstrução de estereótipos e preconceitos que contribuem para a perpetuação da violência de gênero.

A educação desempenha um papel essencial na conscientização e na transformação social. Ao abordar as questões de violência sexual e de gênero nas escolas, os educadores podem contribuir para a formação de cidadãos críticos, capazes de combater a violência e promover relações saudáveis e igualitárias. É necessário promover uma cultura de respeito, equidade e não violência desde cedo, visando a construção de uma sociedade mais segura e justa para todos.

Reconhecer a importância da inclusão de temas relacionados à Educação Sexual nos documentos oficiais, como a BNCC e o Currículo em Movimento do Distrito Federal, implica enfrentar desafios e resistências significativas. Um desses desafios é a precária condição salarial e a falta de valorização dos professores, o que muitas vezes resulta em episódios de greve e remunerações insuficientes.

É importante ressaltar que, em comparação com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), a abordagem da Educação Sexual na BNCC e no Currículo em Movimento do Distrito Federal parece ter sido empobrecida. Os PCNs abrangiam a sexualidade em suas diversas dimensões, reconhecendo sua importância na formação dos estudantes, incluindo as dimensões biológica, psíquica, sociocultural e política (BRASIL, 1998; ALTMANN, 2001).

Para uma abordagem significativa da Educação Sexual, é fundamental reconhecer a interconexão entre temas como sexualidade, corpo, contexto social, violências e preconceitos. Autores como Filha (2017) e Queiroz e Almeida (2018) destacam a importância dessas conexões para uma educação sexual abrangente e contextualizada. Nesse contexto, a participação de outros professores e profissionais especializados desempenha um papel crucial na construção dessas interconexões, aliviando o peso da responsabilidade individual do professor e promovendo o diálogo e a construção conjunta do conhecimento (MAIA; RIBEIRO, 2011; BARBOSA et al., 2020; MORAIS; GUIMARAES; MENEZES, 2021).

Diante disso, é necessário enfrentar os desafios impostos pelo conservadorismo e trabalhar para garantir uma abordagem da Educação Sexual que seja inclusiva, respeitosa e aberta às diversas identidades e orientações sexuais. Os documentos oficiais, tais como os que foram



avaliados nesse trabalho, desempenham um papel fundamental nesse processo, pois fornecem diretrizes e orientações para a educação sexual nas escolas. Esses documentos têm o potencial de promover uma mudança na forma como a ES é abordada, ao reconhecer a importância da desconstrução de estereótipos, do combate à discriminação e do reconhecimento da diversidade como valores fundamentais em uma sociedade democrática e igualitária. Ao incorporar esses princípios nos currículos escolares e direcionar os professores a adotarem uma abordagem inclusiva, os documentos oficiais possibilitam a criação de espaços educacionais que valorizam e representam a diversidade de experiências e identidades dos estudantes. Isso é essencial para que todos os estudantes se sintam respeitados, representados e acolhidos em sua totalidade.

### **Conclusões**

Em conclusão, a análise dos documentos curriculares, como a Base Nacional Comum Curricular, o Caderno Saúde da Série Temas Contemporâneos Transversais da BNCC e o Currículo em Movimento do Distrito Federal, evidencia que a abordagem da Educação Sexual ainda enfrenta limitações e lacunas significativas. Identificamos a necessidade de aprimorar os conteúdos relacionados aos aspectos anatômicos, fisiológicos, de gênero, diversidade sexual, contextos sociais e violência. Em especial, a ausência de informações abrangentes e precisas sobre temas como o ciclo menstrual, ejaculação, concepção e identidades de gênero diversas representa uma barreira para o pleno entendimento da sexualidade pelos estudantes. Essas lacunas podem perpetuar desinformação, estigmas e aumentar os riscos à saúde sexual e reprodutiva.

A educação sexual desempenha um papel central na formação de cidadãos críticos, conscientes e respeitosos, contribuindo para uma sociedade mais justa e saudável. Para que seja realmente eficaz, inclusiva e contextualizada, é imprescindível adotar uma abordagem que vá além dos aspectos biológicos, incorporando a diversidade de identidades e orientações sexuais, desconstruindo estereótipos de gênero e promovendo uma visão ampla e integrada da sexualidade.

O aprimoramento dos currículos, aliado à capacitação contínua dos educadores e ao diálogo com a comunidade escolar, é fundamental para promover uma educação sexual que respeite e valorize a pluralidade. Esse processo deve empoderar os estudantes, preparando-os para tomar



decisões informadas e responsáveis em relação à sua saúde e bem-estar sexual. Dessa forma, contribuiremos para a construção de uma sociedade mais inclusiva, igualitária e saudável para todos.

### Referências

- ALTMANN, H. Orientação sexual nos parâmetros curriculares nacionais. **Revista Estudos Feministas**, v. 9, p. 575–585, 2001.
- ALTMANN, H. Orientação sexual em uma escola: recortes de corpos e de gênero. **Cadernos Pagu**, p. 281–315, 2003.
- BARBOSA, L. U. et al. Dúvidas e medos de adolescentes acerca da sexualidade e a importância da educação sexual na escola. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, v. 12, n. 4, 2020.
- BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais**, MECSEF, Brasília, 1998.
- BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**, MEC, 2017.
- BRASIL. **Caderno saúde [livro eletrônico]: educação alimentar e nutricional**, MEC, 2022.
- CARNEIRO, R. F. et al. Educação Sexual na adolescência: Uma abordagem no contexto secolar. **Sanare - Revista de Políticas Públicas**, v. 14, n. 1, 26 jun. 2015.
- CHAVES, A. C. P. et al. Knowledge and Attitudes of a Public School's Adolescents on Sexual Transmission of HIV. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 67, n. 1, 2014.
- DISTRITO FEDERAL. **Currículo em Movimento do Distrito Federal - Ensino fundamental: Anos Iniciais - Anos Finais**. 2a ed. Brasília: 2018. Brasília, 2018.
- FIGUEIRÓ, M. N. D. Revendo A História Da Educação Sexual no brasil: ponto de partida para construção de um novo rumo. **Nuances: Estudos sobre Educação**, v. 4, n. 4, 1998.
- FIGUEIRÓ, M. N. D. **Educação sexual: retomando uma proposta, um desafio**. [s.l.] EDUEL, 2020.
- FILHA, C. X. Educação para a(s) sexualidade(s): carregar água na peneira? **Diversidade e Educação**, v. 5, n. 2, p. 16–39, 18 mar. 2018.



FRANCO, R. M.; MARINHO, J. C. B.; SILVA, F. F. da. Relato de uma experiência de estágio supervisionado em ciências desenvolvida a partir da perspectiva da educação para a sexualidade. **Revista Insignare Scientia - RIS**, v. 3, n. 1, p. 340–356, 4 jun. 2020.

FRANCO-ASSIS, G. A.; SOUZA, E. E. F. D.; BARBOSA, A. G. SEXUALIDADE NA ESCOLA: Desafios e possibilidades para além dos PCNS e da BNCC. **Brazilian Journal of Development**, v. 7, n. 2, p. 13662–13680, 2021.

FURTADO, B. M.; MORAES, S. P. de; BRÊTAS, J. R. da S. As infecções sexualmente transmissíveis na perspectiva de adolescentes na pré-puberdade. **Revista Brasileira de Sexualidade Humana**, v. 31, n. 1, 11 ago. 2020.

GUSE, K. et al. Interventions Using New Digital Media to Improve Adolescent Sexual Health: A Systematic Review. **Journal of Adolescent Health**, v. 51, n. 6, p. 535–543, 1 dez. 2012.

KIVELA, J.; KETTING, E.; BALTUSSEN, R. Cost Analysis of School-Based Sexuality Education Programs in Six Countries. **Cost Effectiveness and Resource Allocation**, v. 11, n. 1, p. 17, 1 ago. 2013.

MAIA, A. C. B.; RIBEIRO, P. R. M. **Educação Sexual: princípios para ação**. 2011.

MORAIS, N. A. A. ; GUIMARAS, Z. F. S. ; MENEZES, J. P. C. . Educação sexual. **Revista de Ensino de Biologia da Associação Brasileira de Ensino de Biologia (SBEnBio)**, p. 135-156, 2021.

QUEIROZ, V. dos R.; ALMEIDA, J. M. de. Sexualidade na adolescência: potencialidades e dificuldades dos professores de ensino médio de uma escola estadual de Sorocaba. **Revista da Faculdade de Ciências Médicas de Sorocaba**, v. 19, n. 4, p. 209–214, 2017.

RODRIGUES, L. G.; BRANDÃO, F. D.; MODESTO, J. G. Identificação política e sua relação com as atitudes diante da educação sexual. **Revista Brasileira de Sexualidade Humana**, v. 33, p. 1062–1062, 1 nov. 2022.

SHANE, K. **The educator’s guide to LGBT+ inclusion: a practical resource for k-12 teachers, administrators, and school support staff**. London; Philadelphia: Jessica Kingsley Publishers, 2020.

SHANNON, B.; SMITH, S. J. ‘A Lot More to Learn than Where Babies Come from’: Controversy, Language and Agenda Setting in the Framing



of School-Based Sexuality Education Curricula in Australia. **Sex Education**, v. 15, n. 6, p. 641–654, 2 nov. 2015.

SILVA, C. S. F. da; BRANCALEONI, A. P. L.; OLIVEIRA, R. R. de. Base nacional comum curricular e diversidade sexual e de gênero: (des)caracterizações. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, p. 1538–1555, 1 jun. 2019.

SILVA, D. R. et al. Políticas educacionais brasileiras relacionadas à educação sexual no ensino de ciências. **Boletim de conjuntura (BOCA)**, v. 14, n. 40, p. 190–202, 2023.

SOUSA, F. R. de. Resistir para existir: aportes freireanos para uma educação sexual transgressora e emancipadora. **Práxis Educativa**, v. 16, 2021.

SOUSA, F. R. de; DUARTE, D. A. Problematizar Sexualidades Dissidentes Na Escola? O Que Dizem Mulheres Lésbicas, Bissexuais E Pansexuais | Humanidades & Inovação. **Humanidades & Inovação**, v. 8, n. 59, p. 30–42, 2021.

TORRES, M. S.; SILVA, S. A. R. D. **Práticas Inclusivas para a População LGBTQIA+: Uma Abordagem Necessária nas Escolas**. Em: GUIMARÃES, A. L. (Ed.). Saúde e tecnologias educacionais: dilemas e desafios de um futuro presente. [s.l.] EPITAYA, 2021. p. 193–204.

XIMENES, S. B. **Temos um documento tecnocrático e conservador, produzido sem transparência.**, 2017.



## "Sexual Education in the Federal District: A Documentary Analysis for Late Elementary Education"

**RESUMO:** In the current educational context, Sexual Education is crucial, requiring an approach aligned with official education documents. This study examined the approach to Sexual Education in official documents, such as the National Common Curricular Base and the Moving Curriculum of the Federal District for the Final Years of Elementary Education. Qualitative methodology indicated gaps in topics, omitting aspects like the menstrual cycle and diverse gender identities. Gender and sexual violence is also not clearly addressed. For effective education, it's essential to revise curricula, train educators, and foster dialogue with the community. Comprehensive Sexual Education contributes to an egalitarian society, respecting sexual diversity. Thus, it's vital to update curricular documents for an inclusive approach, preparing students for informed decisions in adulthood.

**PALAVRAS-CHAVE:** Sexual Education. Elementary Education. Official Education Documents.

***João GOMES DOFFINE***

Graduado em Ciências Biológicas – Licenciatura e Bacharelado pela Universidade de Brasília (UnB), atua como professor na Secretaria de Educação do Distrito Federal.

***João Paulo CUNHA DE MENEZES***

Graduado em Ciências Biológicas pela Universidade de Brasília, <http://orcid.org/0009-0000-6048-7162>

*Recebido em: 31/05/2024*

*Aprovado em: 27/12/2024*